

MANUAL DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Última atualização: 24 de Janeiro de 2022

Diretoria de Compliance e Risco

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 Objetivo.....	4
1.2 Comitê de Risco.....	4
1.3 Relatórios de Risco.....	4
2. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO E RISCO DE MERCADO.....	4
2.1 Introdução.....	4
2.2 Métricas de Risco	5
2.2.1 Métricas de Risco de Negócio:.....	5
2.2.2 Métricas de Risco de Mercado:.....	5
2.3 Validação e eficácia das métricas de risco	6
2.4 Limites de Concentração dos Fundos	6
3. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ	7
3.1 Introdução.....	7
3.2 Critérios para liquidez dos ativos	7
3.3 Métricas para controle de Liquidez	7
3.4 Passivo dos Fundos	8
3.5 Controle de liquidez dos fundos e prazos de resgate	9
3.6 Tratamentos em situações de iliquidez	10
3.7 Stress de Liquidez.....	10
4. POLÍTICA PARA RISCO DE CRÉDITO	10
4.1 Introdução.....	10
4.2 Controle de Risco de Crédito	11
5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL	11
5.1 Introdução.....	11
5.2 Pontos Focais	11
5.3 Detecção de riscos operacionais.....	12
5.4 Gestão de riscos operacionais	12
6. SISTEMAS	12
7. PLANO DE CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS.....	13
7.1 Objetivo.....	13
7.2 Principais contingências mapeadas e respostas do PCN	13
Queda de energia e infraestrutura	14
8. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE CONCENTRAÇÃO	14
8.1 Introdução.....	14
8.2 Controle e Monitoramento.....	14
9. REVISÃO DO MANUAL E TESTES DE ADERÊNCIA	14
Anexo I	16
1. Organograma da Área de Gestão de Riscos.....	16

1. INTRODUÇÃO

1.1 Objetivo

Este Manual tem como objetivo estabelecer as práticas e diretrizes utilizadas pela gestora no controle de riscos da carteira de seus a controladoria de seus fundos de investimento, de modo a permitir o monitoramento, mensuração e ajustes inerentes aos ativos de suas carteiras.

1.2 Comitê de Risco

O comitê de risco é responsável pelas diretrizes e estratégias na gestão de risco e pelas definições dos limites de alavancagem e exposição dos fundos. O comitê poderá aprovar medidas com caráter de exceção solicitado pelo gestor desde que com o consenso e aprovação de todos os membros do comitê de risco.

O Comitê de Risco é formado pelo Diretor de Compliance e Risco, pelo Diretor de Investimentos, e pelos demais sócios fundadores da Indie Capital e membros da equipe de gestão de riscos e compliance. Todas as decisões são registradas em atas. As reuniões do comitê possuem periodicidade semestral.

1.3 Relatórios de Risco

O acompanhamento de risco é realizado diariamente, contendo todas as exposições de riscos organizadas por estratégia e ativos. Tal relatório é disponibilizado, também diariamente, a todos os Colaboradores. Além do envio diário, a área de risco poderá realizar o cálculo de risco durante o dia sempre que solicitado por qualquer colaborador.

2. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO E RISCO DE MERCADO

2.1 Introdução

Nossa política de controle de risco é dividida em duas categorias: (i) Risco de Negócio e (ii) Risco de Mercado.

1. O Risco de Negócio determinado pela probabilidade de perdas resultante de mudanças no negócio das empresas que investimos e do ambiente econômico. Inclui o potencial de deterioração das empresas e/ou do ambiente de negócio delas, e de nossas expectativas sobre seu desempenho futuro.

Monitoramos ativamente essas características e indicadores, de forma a antecipar eventuais mudanças que possam representar risco à performance das empresas que investimos.

2. O Risco de Mercado é determinado pela probabilidade de perdas resultante das variações nos preços dos ativos.

A fim de mitigar o risco de perda devido à oscilação de preço dos ativos e otimizar a relação de risco-retorno de acordo com as estratégias, a gestora possui um processo de controle de risco que consiste no cálculo

e acompanhamento das seguintes métricas de risco para os fundos: Beta, **VaR (Value-at-Risk)**, **Tracking Error**, **Expected Shortfall** e **Stress**.

2.2 Métricas de Risco

2.2.1 Métricas de Risco de Negócio:

Nossos investimentos em empresas são baseados em entendimentos e expectativas sobre diversos aspectos do negócio, como Modelo de Negócios, Geração de Valor e Gestão e Governança.

- i. Modelo de negócios
 - a. Vantagens competitivas, sustentabilidade do negócio e iniciativas ESG
 - b. Geração de caixa, retorno e previsibilidade de resultado
 - c. Riscos de cauda (ex.: regulatório, concentração de clientes, entre outros)
- ii. Geração de valor
 - a. Oportunidade de crescimento e retorno
 - b. Desafio de crescimento e de gerar valor marginal
- iii. Gestão e governança
 - a. Histórico e experiência dos gestores
 - b. Confiança e integridade dos gestores e dos controladores
 - c. Alinhamento de interesses entre gestores, controladores e minoritários

Além disso, aspectos macroeconômicos também têm importância ao avaliar as perspectivas da empresa, como momento do ciclo econômico do país e do mundo, ambiente de juros, inflação e câmbio, por exemplo.

2.2.2 Métricas de Risco de Mercado:

- i. **Beta**: Medida estatística que mensura a volatilidade do ativo contra a volatilidade do mercado. Calculado com base nos retornos diários dos últimos 90 dias dos ativos.
- ii. **VaR (Value at Risk)**: Medida estatística que mensura a perda máxima num horizonte de tempo de acordo com o grau de confiança. Utilizamos um modelo paramétrico, considerando 95% de confiança para o horizonte de investimento de um dia. A matriz de variância-covariância é estimada diariamente utilizando o retorno dos últimos 90 dias úteis dos ativos.
- iii. **Tracking Error**: Representa a volatilidade do retorno do fundo com relação ao seu benchmark. Consideramos um grau de confiança de 95% e utilizamos as volatilidades dos retornos dos últimos 90 dias.

iv. **Expected Shortfall:** Representa a média na base diária dos piores retornos do fundo. Utilizamos o modelo histórico, considerando a média diária dos 5% piores retornos dos fundos nos últimos 90 dias úteis.

v. **Stress:** De forma a complementar a análise de risco, utilizamos também o stress como estimativa para perda dos fundos em cenários extremos. Estimamos o *stress* com base nos históricos de preços, simulando todos os retornos das carteiras dos últimos 7 anos e ordenando pelas piores perdas. O nosso cenário de *stress* é definido como o pior retorno diário calculado deste período.

2.3 Validação e eficácia das métricas de risco

Para garantir a eficácia e validação das métricas calculadas, comparamos diariamente o histórico das estimativas de *VaR* previstas pelo modelo com os retornos efetivos verificados na carteira dos Fundos (*Back-Testing*), a fim de verificar a conformidade dos modelos.

2.4 Limites de Concentração dos Fundos

Para os fundos de investimento em ações, foram estabelecidas duas estratégias distintas: **FIA**s e **Concentrados**. Cada estratégia terá sua própria política de concentração, como se segue:

- i. **FIA**s: estratégia que engloba o INDIE FIC FIA e os demais fundos que o seguem como referência de alocação. O limite de concentração possui como valor máximo a exposição de 20% por ativo;
- ii. **Concentrados**: estratégia que engloba os demais fundos que não tomarem o INDIE FIC FIA como referência de alocação em seus ativos. Neste caso o limite de concentração máxima não se aplica. A política de liquidez permanece inalterada.

O monitoramento de todos os limites é realizado diariamente e em caso de desequilíbrio, o Comitê de risco é informado para atuação.

- **Limites para Fundos de Investimentos em Ações**

Estratégia	Limite de exposição máxima por empresa
FIA	20%
Concentrados	Não se aplica

3. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ

3.1 Introdução

Risco de Liquidez é o risco de o fundo não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros esperados e inesperados, correntes e futuros, afetando suas operações diárias e incorrendo em perdas significativas, como também, a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado.

Os procedimentos de gestão de liquidez visam monitorar e eliminar situações em que o fundo fique impossibilitado de honrar seus compromissos financeiros tanto na parte dos ativos quanto na parte passiva dos fundos. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela área de risco da gestora, levando-se em conta as características de resgate de cada fundo de forma a mitigar tais riscos sob sua gestão.

3.2 Critérios para liquidez dos ativos

A liquidez das posições dos fundos é verificada diariamente de acordo com os seguintes critérios para os ativos:

- i. Títulos Públicos:** é considerado como posição de liquidez imediata, todo valor que não exceder 10% (dez por cento) da média diária de negociação referente à última semana de negociações, conforme dados extraídos do site do Banco Central.
- ii. Operações Compromissadas lastreadas em Títulos Públicos:** são consideradas como operações de liquidez imediata, pois possuem vencimento de 1 dia.
- iii. Cotas de Fundos de Investimento:** a liquidez é considerada de acordo com as regras de resgate do fundo investido.
- iv. Ações e outros papéis de renda variável listados em bolsa:** a liquidez destes ativos é dada de acordo com o número de dias necessários para liquidar cada posição negociando diariamente 25% do volume médio negociado nos últimos 30 dias.
- v. Debêntures:** é considerado o vencimento destes ativos como critério de liquidez.
- vi. Depósitos em margem:** é considerado o mesmo prazo de liquidez definidos acima para os ativos que estão depositados em margem.

3.3 Métricas para controle de Liquidez

O monitoramento da liquidez dos ativos dos fundos geridos pela Indie Capital é efetuado através da análise de indicadores estatísticos que lhe permitem antecipar e evitar eventuais descasamentos entre ativo e passivo do fundo.

Os indicadores utilizados para os nossos fundos de ações são:

- **Participação no Free-float:** indicador que mensura a posição dos fundos em relação ao free-float da empresa emissora.

$$\% \text{ FreeFloat} = \frac{\text{Posição}}{\text{FreeFloat da ação}}$$

- **Tamanho da Posição x Volume Negociado:** indicador que mensura a posição dos fundos em relação ao volume diário médio negociado nos últimos 30 dias.

$$\% \text{ Volume Negociado} = \frac{\text{Posição}}{\text{Volume Diário Médio}}$$

- **Número de dias para liquidação do ativo:** indicador que mensura o número de dias para a liquidação total da posição de cada ativo, sem afetar o preço do ativo.

$$\text{Dliq.} = \frac{\text{Posição}}{25\% \times \text{Volume Diário Médio}}$$

3.4 Passivo dos Fundos

Perfil do Passivo

O passivo dos fundos é composto por despesas operacionais como despesas com corretagem, custódia, auditoria, taxa de administração, entre outros, além de pagamento de resgates e liquidação financeira de ativos. O acompanhamento de entradas e saídas é realizado diariamente através da projeção do fluxo de caixa, para, desta forma, definir o valor necessário em caixa ou em ativos líquidos no fundo para poder honrar suas obrigações financeiras. Foi estabelecido no comitê como limite mínimo em caixa e ativos líquidos o valor de 15% do patrimônio do fundo e em caso de liquidações de resgates maiores, entendemos que os prazos de resgate definidos pelo regulamento dos fundos sejam suficientes para gerar a liquidez necessária.

Adicionalmente, acompanhamos o perfil do passivo, através da análise do valor de resgate esperado e o grau de dispersão das cotas. O valor de resgate esperado é calculado através da média diária dos resgates dividido pelo patrimônio do fundo e observados desde o início, e o grau de dispersão das cotas, medido pela divisão do desvio padrão das posições dos cotistas pelo valor médio de posição dos mesmos.

$$\text{Grau de dispersão das cotas} = \frac{\text{Desvio padrão das posições dos cotistas}}{\text{Média das posições dos cotistas}}$$

Stress do Passivo

Além das condições ordinárias, podem ocorrer também situações limites (stress) de resgate, com montantes superiores a média histórica observada. Neste sentido, calculamos o resgate no cenário de stress da seguinte forma:

$$\text{ResgStress} = \text{Resgate}(T, G) \times \text{FatorStress}$$

Onde:

Resgate(T,G) = quociente de resgate em situações de baixa probabilidade, em percentual do patrimônio líquido, utilizado de acordo com o tipo de fundo e grupo de número de cotistas

FatorStress = grau de dispersão das cotas, com valor mínimo de 1

Para incorporarmos o risco de preço no resgate em cenários extremos, os valores de Resgate(T,G) foram obtidos através de um estudo do histórico de fundos de investimentos com a mesma classificação dos fundos geridos pela Indie Capital na CVM. Devido ao fato de nossos fundos não possuírem um histórico longo o suficiente para capturar períodos de grande volatilidade nos mercados, selecionamos 23 fundos similares aos nossos para compor nosso estudo.

Desta forma, nossa amostra inicia em 01 de Janeiro de 2008 e vai até 25 de Agosto de 2015. Este período foi definido pelo comitê utilizando 2 critérios: i) incorporar pelo menos dois períodos de grande volatilidade (crise financeira global 2008 e episódios envolvendo o término do programa de Quantitative Easing (QE) nos Estados Unidos; e ii) períodos anteriores a 2008 não encontramos dados suficientes para termos uma amostra consistente para nossa análise (Fonte: CVM/Economática).

O comitê decidiu conservadoramente somente utilizar os valores de resgates diários e não os valores de captações líquidas. Foram coletados os dados de todos os valores de resgate diários, em percentual do patrimônio líquido dos fundos selecionados no período abordado, gerando uma amostra com 18.567 observações. Para uma melhor análise, e comparação dos dados, segmentamos em 3 grupos de acordo com a quantidade de cotistas destes fundos:

- i. Menos de 20 cotistas;
- ii. Entre 21 e 2000 cotistas; e
- iii. Acima de 2000 cotistas.

Assim, por exemplo, nos fundos de até 20 cotistas, a probabilidade de ocorrer um resgate superior a 26,52% do patrimônio em um dia, é inferior a 0,5%.

Foi definido pelo comitê, para cálculo do resgate estressado, a utilização dos valores com probabilidade de ocorrência de 0,5% com quociente de resgate (Resgate(T,G)). Este controle de estresse do passivo será utilizado para todos os fundos da INDIE CAPITAL, inclusive para os novos fundos que a gestora abrir.

3.5 Controle de liquidez dos fundos e prazos de resgate

Para controlar o risco de liquidez e garantir a adequação à cotização do fundo e prazo de liquidação de resgates, utilizamos um indicador que considera a liquidez do fundo e o prazo de cotização de resgate dos fundos. Este indicador de liquidez é calculado através da mensuração de liquidez dos fundos seguindo nossos critérios de liquidez durante o período de cotização de resgate de cada fundo.

O indicador de liquidez é monitorado diariamente e foi estabelecido pelo Comitê de Risco:

- i. Estratégia FIAs e Concentrados:
 - 80% do total do patrimônio do fundo deverá ser liquidado em até 21 dias úteis seguido 25% do volume da média diária dos últimos 30 dias.

Realizamos a análise deste indicador como uma estimativa de saída de caixa em cenários de estresse, porém, por tratar-se de um indicativo, podem ocorrer situações piores do que estas abordadas pelos indicadores. Este controle é realizado para todos os fundos da gestora, e utilizaremos os mesmos critérios para novos fundos abertos sobre a gestão da INDIE CAPITAL.

3.6 Tratamentos em situações de iliquidez

Quando ocorrer alguma situação especial de iliquidez, o comitê de risco deverá analisá-la para que possam proceder da melhor forma, sem prejuízo na rentabilidade do fundo.

3.7 Stress de Liquidez

Além do cenário base, a liquidez do portfólio será simulada em cenários de stress. O controle do Teste de Stress de Liquidez trata-se de um processo diário, implementado como se segue:

- i. O portfólio atual deverá ser simulado contra uma janela de 252 períodos de negociação. O valor do stress de liquidez será aquele que apresenta o maior prazo de liquidação em dias de negociação e a menor porcentagem do PL Liquidado em 21 dias úteis;
- ii. Para o cálculo de Liquidez da carteira são consideradas apenas as posições disponíveis em Carteira Livre (2101-6), os demais ativos depositados em diferentes carteiras, como depósito em margem de garantia (2390-6), são considerados ilíquidos até o final do prazo de chamada de margem e demais garantias.

4. POLÍTICA PARA RISCO DE CRÉDITO

4.1 Introdução

Os títulos públicos e/ou privados de dívida que compõem a carteira do fundo estão sujeitos à capacidade dos seus emissores e/ou contrapartes do fundo em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas.

Alterações nas condições financeiras dos emissores dos títulos e/ou contrapartes de transações do fundo e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores.

Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez. O fundo poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários.

Na hipótese de um problema de falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores de

títulos de dívida ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do fundo, este poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

4.2 Controle de Risco de Crédito

Com o objetivo de mitigar ao máximo o risco de crédito, todos os ativos de crédito devem ser previamente aprovados pelo comitê de risco e *compliance*. O caixa dos fundos sob gestão da Indie Capital deve ser investido em ativos com liquidez diária, como:

- i. Títulos públicos federais (preferencialmente);
- ii. Operações compromissadas;
- iii. CDB's de bancos de primeira linha; e
- iv. Fundos de investimento de renda fixa geridos por bancos de primeira linha.

A Gestora se respaldará nos instrumentos legais em caso de inadimplência que traga prejuízos aos fundos.

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL

5.1 Introdução

Para a Sociedade, a definição de risco operacional é a seguinte: a possibilidade de ocorrência de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, de pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

5.2 Pontos Focais

A política de gerenciamento de riscos operacionais da Sociedade estabelece os principais pontos focais de suas atividades, de tal forma a criar processos internos para monitorar, detectar e, eventualmente, ajustar os processos estabelecidos para cada ponto focal.

São pontos focais de risco operacional:

- i. **Gestão:** envolve o processo de análise e tomada de decisão de investimento.
- ii. **Trade:** envolve a implementação das decisões de investimento e desinvestimento: envio de ordens, conferência, boletagem e guarda de registros de negociação.
- iii. **Relacionamento com Investidores:** envolve o contato com clientes, políticas de distribuição e divulgação de fundos, cumprimento da regulamentação vigente (PDL, *suitability* e distribuição de produtos financeiros).
- iv. **Controle de Passivo:** envolve análise e manutenção de cadastro de clientes, controle de cotas, controle de registros e relacionamento com as Administradoras dos fundos.

v. Controle de Ativo e Valuation: envolve monitoramento de limites de composição de carteira, cálculo do valor de cotas, contabilização de ativos, controle de movimentação financeira, pagamento e liquidação dos ativos sob gestão.

vi. Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance: envolve (i) identificação e mapeamento de riscos, estabelecimento de políticas de controle de riscos, e implementação e monitoramento dessas políticas, e (ii) determinação de regras e estabelecimento de políticas de *compliance*, e implementação, monitoramento e avaliação dessas políticas.

vii. Infraestrutura e Administração: envolve atividades relacionadas à tecnologia de informação, área administrativa interna e gerenciamento de recursos humanos e físicos da Sociedade.

5.3 Detecção de riscos operacionais

A detecção de riscos operacionais da Sociedade incorpora as seguintes características: detecção entre os pontos focais, daqueles que precisam de maior atenção de acordo com sua centralidade, dependências, potencial desestruturante e capacidade de produzir danos; desenho de processos e fluxogramas; determinação de riscos operacionais sistêmicos: além dos riscos associados às funções e processos específicos, são identificados riscos sistêmicos e cenários gerais de falhas de infraestrutura, determinando-se planos de contingência; monitoramento de processos: os riscos associados aos processos mapeados são monitorados em bases frequentes, os fluxogramas são revistos e modificações são implementadas visando a prevenir falhas e corrigir desvios.

5.4 Gestão de riscos operacionais

Anualmente procede-se com uma revisão geral e avaliação dos processos, fluxogramas, relatórios de monitoramento e política geral de controle de riscos operacionais.

A política de gerenciamento de risco da Sociedade envolve todos os Colaboradores sem exceção. A coordenação geral das atividades de gerenciamento de risco operacional é realizada pelo Diretor Responsável, conforme definição contida no Manual de Compliance.

O Diretor Responsável poderá produzir um relatório anual com os principais itens relacionados aos riscos operacionais da Sociedade. Deste relatório poderão constar avaliações quantitativas e qualitativas de riscos. O Relatório será apresentado, se necessário, ao Comitê Compliance demonstrando os potenciais riscos operacionais e depois será arquivado para futuras consultas.

Eventuais problemas ocorridos são armazenados em um arquivo de controle, contendo a falha e solução do problema. O intuito deste procedimento é evitar e melhorar os processos internos.

6. SISTEMAS

A Sociedade desenvolve continuamente soluções proprietárias para o gerenciamento dos processos diários e mitigação de riscos. O Sistemas de Controles Internos (“SCI”) se baseia em planilhas eletrônicas, bancos de dados e

aplicações desenvolvidas internamente em linguagens R e Python, orientadas ao ganho de escala e alta disponibilidade através de redundâncias e hospedagem em nuvem. As principais rotinas monitoradas são:

- i. **Pré-Trade:** Aderência às regras de negócios e compliance com a legislação vigente.
- ii. **Conciliação:** Pre-Matching e Official Matching.
- iii. **Intraday:** Acompanhamento de posições, operações e cálculo de P&L.
- iv. **Risco:** Cálculo e relatórios para riscos de mercado e liquidez.

A sociedade poderá contratar serviços de terceiros de acordo com a necessidade e avaliação da Diretoria.

7. PLANO DE CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

7.1 Objetivo

Com o objetivo de mitigar os riscos à continuidade das atividades essenciais da empresa, a Gestora mapeou uma série de medidas e procedimentos, incluindo as atribuições e responsabilidades de cada funcionário, para a criação do Plano de Continuidade de Negócio (“PCN”).

O PCN é um plano traçado para que, após a ocorrência de uma eventualidade, seja possível reestabelecer a continuidade das atividades críticas da empresa no menor tempo possível. A execução do PCN é de responsabilidade do Diretor de Compliance e Risco.

7.2 Principais contingências mapeadas e respostas do PCN

Backup e Recuperação de Dados:

A Indie mantém backup de todos os seus dados na nuvem, possibilitando o acesso às últimas versões de cada arquivo para restauração. Todas as informações da Gestora, do banco de dados dos clientes e os modelos dos analistas são armazenados na nuvem.

Sistemas Críticos

Os sistemas necessários para o imediato processamento dos negócios e gerenciamento dos limites de risco, enquadramento, precificação, pre-matching de operações e boletagem são considerados Sistemas Críticos e, portanto, devem apresentar alta disponibilidade e pequeno tempo de subida no ambiente de produção. São classificados como sistemas críticos:

- i. **Terminal Bloomberg:** Em sua modalidade Anywhere pode ser acessado no site de contingência ou home-office.
- ii. **Sistema de Controles Internos:** O Indie SCI está instalado em servidor na nuvem, assim como o acesso às bases de dados na Amazon RDS. O Sistema posará ser acessado pelo site de contingência ou home-office.

iii. **Planilhas Operacionais e de Contingência:** Todas as planilhas operacionais e de modelos dos analistas podem ser recuperadas e acessadas a partir dos backups em nuvem.

Queda de energia e infraestrutura

Em caso de queda de energia, o escritório da Indie possui gerador para as áreas privadas. Caso o gerador não funcione ou deixe de operar, a Gestora possui no-breaks de até 1 (uma) hora. No caso do gerador falhar o acesso aos Sistemas Críticos da Gestora será feito de forma remota, por meio do armazenamento na nuvem ou no site de contingência.

Queda do link para acesso à internet

A Gestora conta com link redundante de internet. Caso ambos os links deixem de funcionar, o acesso aos arquivos da Gestora poderá ser feito remotamente por meio dos arquivos gravados na nuvem.

Contingências com servidor de e-mail

O serviço de e-mail da Indie é hospedado em nuvem, garantindo a continuidade do acesso remoto.

8. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE CONCENTRAÇÃO

8.1 Introdução

Para a Gestora, o risco de concentração é o risco de perdas em decorrência da não diversificação dos investimentos realizados pelas carteiras dos Fundos, ou seja, a concentração em ativos de 1 (um) ou de poucos emissores, modalidades de ativos ou setores da economia.

8.2 Controle e Monitoramento

Com o objetivo de monitorar o Risco de Concentração na carteira dos Fundos a Equipe de Compliance e Risco produz relatórios mensais tomando por base os parâmetros estabelecidos pelo Comitê, conforme acima exposto.

A Gestora evita a concentração excessiva, podendo o Comitê estabelecer limites máximos de investimento em um único ativo, considerando seu valor de mercado, ou determinado setor do mercado.

Não obstante, vale destacar que algumas carteiras dos Fundos podem ter estratégia específica de concentração em poucos ativos ou emissores, não se aplicando o disposto no parágrafo acima.

9. REVISÃO DO MANUAL E TESTES DE ADERÊNCIA

Este Manual deve ser revisto, no mínimo, anualmente, ou extraordinariamente, se necessário, levando-se em consideração (i) mudanças regulatórias; e (ii) eventuais deficiências encontradas, dentre outras. Este Manual poderá ser também revisto a qualquer momento, sempre que a área responsável pela gestão de risco, por meio de

A revisão deste Manual tem o intuito de permitir o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários e aprimorar controles e processos internos. Anualmente, o Diretor de Compliance e Risco deve realizar testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos ou definidos pelo Comitê.

Os resultados dos testes e revisões deverão ser objeto de discussão no Comitê e eventuais deficiências e sugestões deverão constar no relatório anual de risco e compliance, apresentado até o último dia de abril de cada ano aos órgãos administrativos da Gestora.



Anexo I

1. Organograma da Área de Gestão de Riscos

